

Número 9

Comunicado da Presidência

*PNAD 2007:
Primeiras
Análises*

Pobreza e mudança social

Volume 1

22 de setembro de 2008

Apresentação

Um novo Brasil emergiu dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) edição 2007 publicada no dia 18 de setembro. Pesquisadores de diversas áreas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vão divulgar ao longo dos próximos 30 dias uma série de **Comunicados da Presidência** sob o título "Pnad-2007: Primeiras Análises". Como já fora feito no ano passado com a Pnad-2006, os estudos vão discutir, com aprofundamento e detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, as modificações por que passa o país retratadas na Pnad-2007.

Devido à quantidade e à riqueza dos dados da Pnad, os pesquisadores optaram por divulgar suas análises por grupos de temas em quatro Comunicados da Presidência, que serão apresentados em reuniões com a imprensa.

Este **Comunicado da Presidência nº 9**, o primeiro da série Pnad-2007, "Pobreza e Mudança Social", versa sobre **pobreza, desigualdade e a nova estratificação social**.

Os próximos temas serão:

- **Dia 30/09:** Tendências do mercado de trabalho; Trabalho infantil; Previdência.
- **Dia 07/10:** População, família e envelhecimento; Gênero; Saneamento Básico e Habitação.
- **Dia 14/10:** Juventude; Raça e Educação.

Os dados da Pnad são insumos valiosos e servirão ainda de base para futuros seminários, TDs (Textos para Discussão), boletins e livros do IPEA. Os Comunicados da Presidência são documentos mais curtos, de publicação mais ágil, com o objetivo de apresentar – em menor tempo de preparação – análises qualificadas de assuntos de interesse da sociedade brasileira ou de dados preliminares já consolidados de pesquisas mais longas em andamento.

Participam das pesquisas da série de Comunicados da Presidência "Pnad-2007: Primeiras Análises" os pesquisadores Marcio Pochmann, Jorge Abrahão, Ricardo Amorim, Natália Sátyro, Sergei Soares, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça, Lauro Ramos, Ana Lúcia Kassouf, Milko Matijascic, Leonardo Rangel, Fernando Gaiger, Ana Amélia Camarano, Natália Fontoura, Alinne Bonetti, Maria Piedade, Carla Coelho, Herton Araújo, Luciana Jaccoud.

1. Desigualdade de renda no Brasil: nível e evolução temporal

A disponibilidade de informações sobre a desigualdade na distribuição de renda nas últimas décadas permite a análise não só da magnitude da desigualdade hoje no país, mas também como esta tem evoluído ao longo do tempo. Neste trabalho, constata-se que entre as Pnads de 2001 e 2007, **o coeficiente de Gini passou de 0,593 para 0,552**. Quanto mais próximo de zero o coeficiente, menos desigual é o país.

1.1. A magnitude da desigualdade de renda hoje no Brasil

Apesar da queda de Gini, a tabela 1 revela que a desigualdade na distribuição da renda *per capita* no Brasil permanece extremamente elevada. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres é apenas ligeiramente maior que a parcela apropriada pelo 1% mais rico. Esta tabela também mostra que **a fatia da renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total**, ao passo que **a fatia apropriada pela metade mais pobre da população representa 15%**.

Tabela 2.1: Indicadores da desigualdade na renda *per capita* no Brasil, 2007.

Indicadores	Valor
Porcentagem da renda apropriada pelos décimos mais pobres (%)	
Primeiro	0,89
Segundo	2,95
Terceiro	5,92
Quarto	9,86
Quinto	15,0
Sexto	21,5
Sétimo	29,6
Oitavo	40,5
Nono	56,5

Porcentagem da renda apropriada pelo último centésimo	12,3

Coeficiente de Gini	0,552
Índice de Theil-T	0,613
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres	17,7
Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres	20,2

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007.

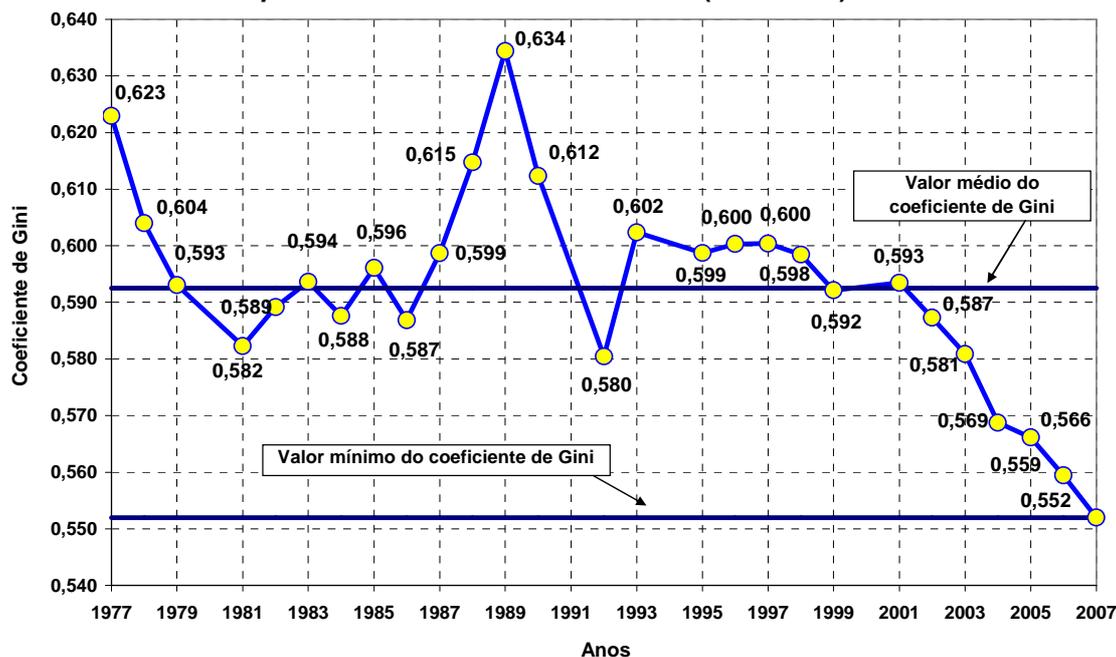
1.2. A queda recente da desigualdade de renda

Nesta subseção documenta-se a evolução recente da desigualdade de renda no Brasil. Mais especificamente, a evolução da desigualdade de renda nos últimos 30 anos. Três indicadores foram utilizados:

- o coeficiente de Gini;
- a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres;
- a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

Segundo o coeficiente de Gini, o grau de desigualdade de renda no país caiu de maneira acelerada e contínua neste século e declinou 7%, passando de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, correspondendo a uma taxa de redução média anual de 1,2%.

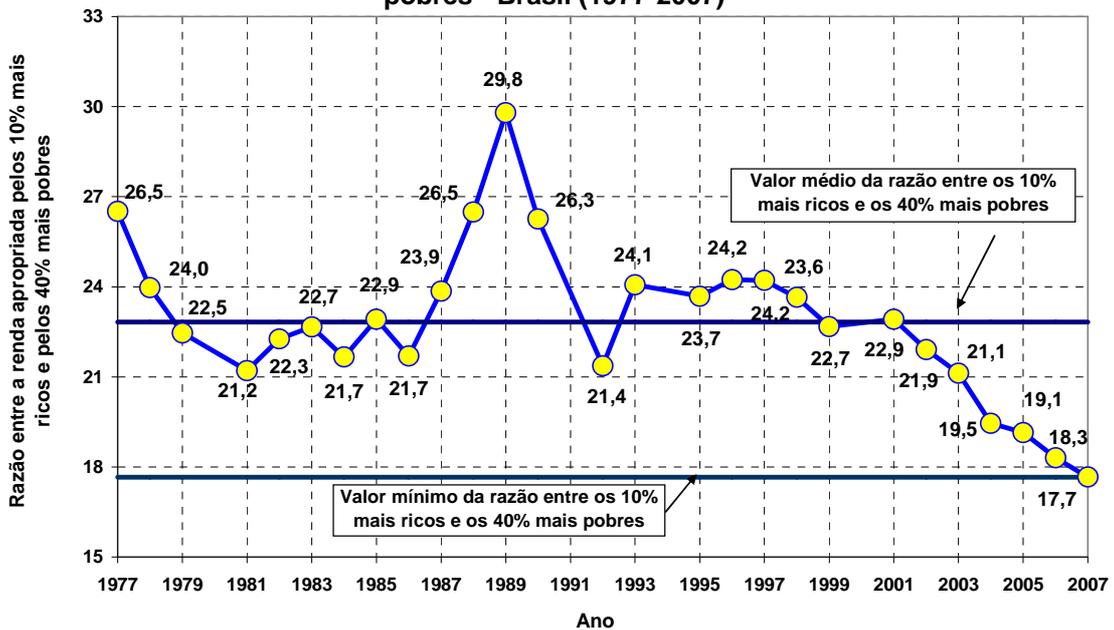
Gráfico 2.2a: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil: Coeficiente de Gini (1977-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1977 a 2007.

Os resultados obtidos com os outros dois indicadores mostram o mesmo comportamento: um declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda entre 2001 e 2007.

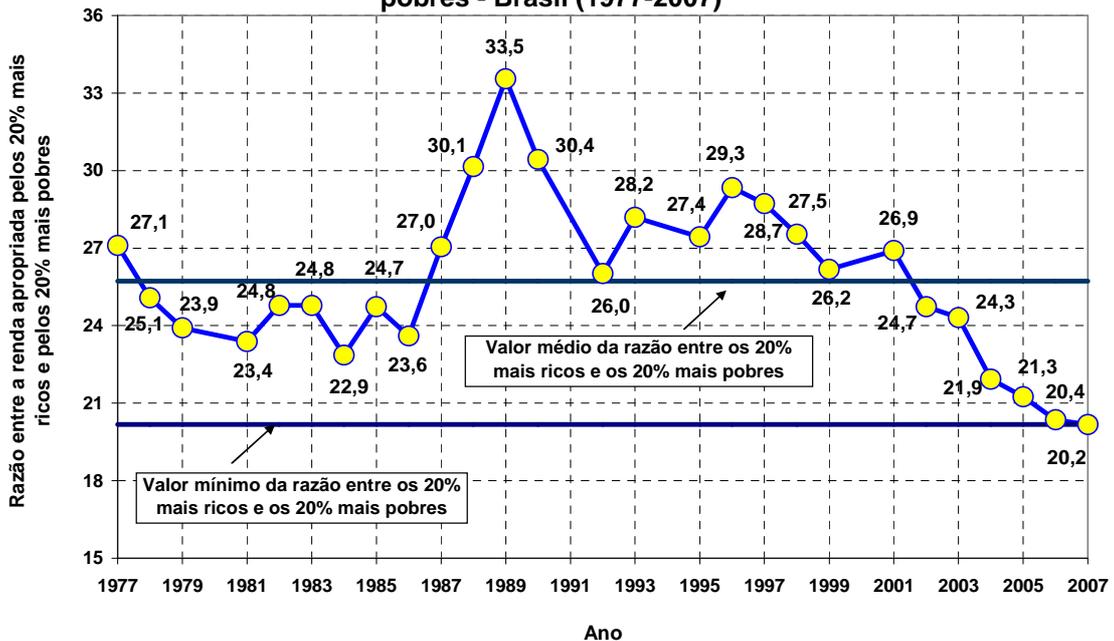
Gráfico 2.2b: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil, segundo a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres - Brasil (1977-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1977 a 2007.

A razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres declinou 5,2 pontos percentuais neste período.

Gráfico 2.2c: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil, segundo a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres - Brasil (1977-2007)

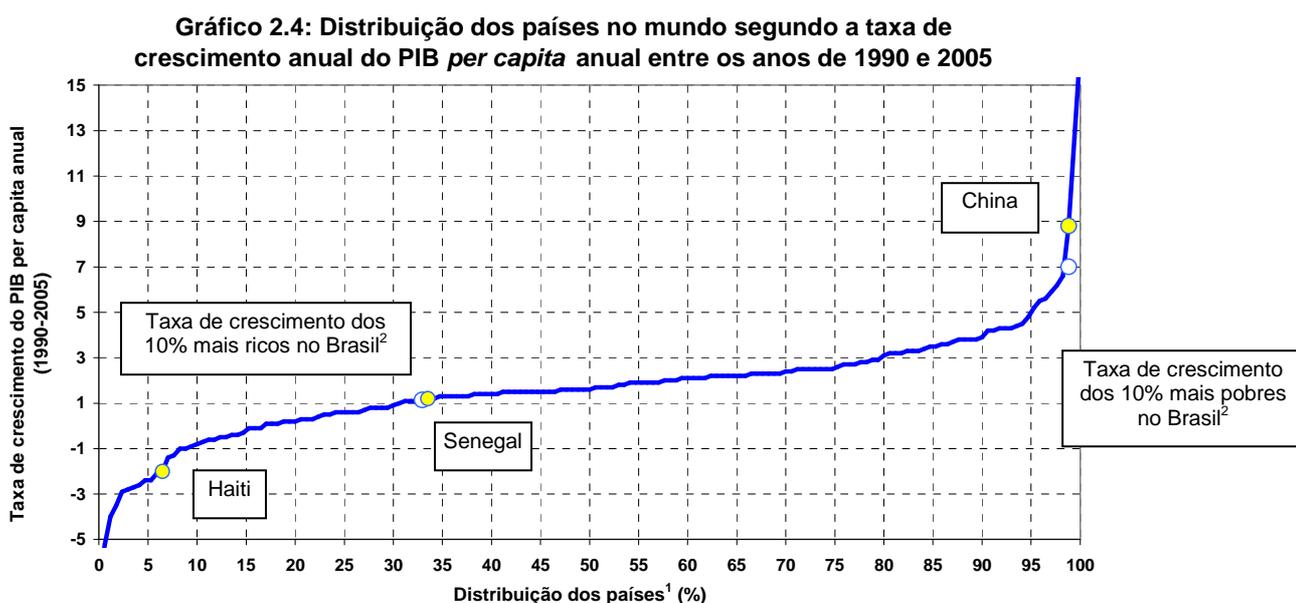


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1977 a 2007.

A razão entre a renda média apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres declinou 6,7 pontos percentuais neste período.

Dos 74 países para os quais há informações sobre a evolução do coeficiente de Gini ao longo da década de 1990, menos de 25% foi capaz de reduzir a desigualdade a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil no período 2001-2007. Portanto, alcançada em seis anos, a queda de 7% no coeficiente de Gini pode ser considerada uma das velocidades mais aceleradas do mundo.

Por fim, essa acentuada queda no grau de desigualdade levou a uma diferença substancial entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos no Brasil entre 2001 e 2007. O gráfico 4 apresenta a distribuição da taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, entre os anos de 1990 e 2005, para 171 países, incluindo, também, as taxas anuais de crescimento da renda dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2007.



Os resultados revelam que a quase totalidade dos países apresenta uma taxa anual de crescimento da renda *per capita* menor do que a observada para os 10% mais pobres brasileiros (7%). De fato, **a taxa anual de crescimento da renda dos 10% mais pobres no período 2001-2007 é muito próxima daquela observada para a China e maior que a de 99% dos países.**

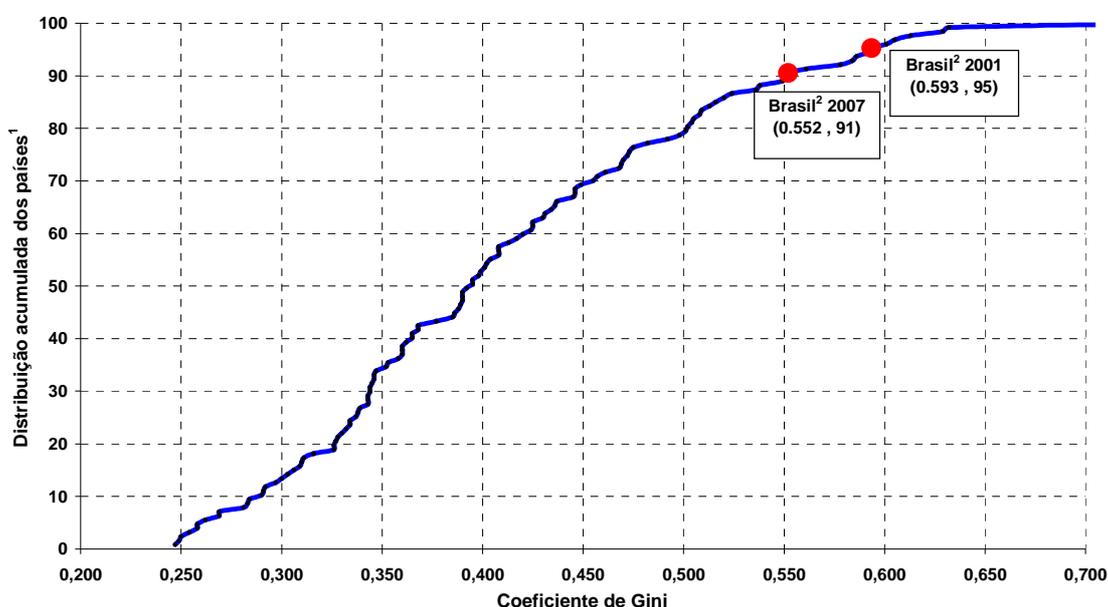
No outro extremo da distribuição de renda, cerca de 80% dos países investigados apresentaram uma taxa anual de crescimento maior do que a observada para os 10% mais ricos brasileiros (1%). Esse grupo, portanto, têm a percepção de estar vivendo em um país estagnado, como o Senegal.

1.2. Necessidade de continuidade

Apesar desta acentuada queda, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. Como visto na tabela 1, a fatia da renda do 1% mais rico da população é apenas ligeiramente menor do que aquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam de menos de 10% da renda.

No cenário internacional, o país continua em uma posição negativa de destaque absoluto. O progresso recente, apesar de acelerado, levou o Brasil a ultrapassar apenas cinco dos 126 países que têm informações sobre o grau de desigualdade atual na distribuição de renda. Assim, mesmo após este acentuado declínio no grau de desigualdade, 113 países (cerca de 90% dos países) ainda apresentam distribuições menos concentradas que a do Brasil.

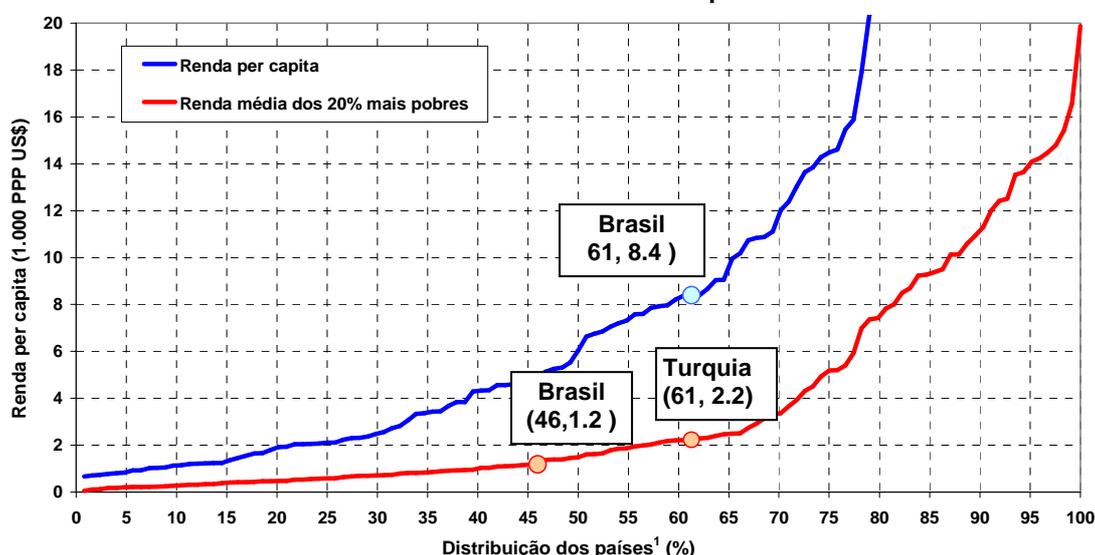
Gráfico 2.5: Distribuição acumulada da população mundial e dos países segundo o PIB real *per capita* - Coeficiente de Gini



Uma forma alternativa de se verificar que o nível da desigualdade permanece ainda muito elevado é, daí, a necessidade de continuidade desta queda recente, é comparar a distribuição dos países segundo sua renda *per capita* com a distribuição segundo a renda média de seus 20% mais pobres.

O gráfico 2.6 revela que enquanto 62% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira, 46% têm a renda *per capita* dos 20% mais pobres menor que a dos 20% mais pobres brasileiros.

Gráfico 2.6: Distribuição dos países no mundo segundo a renda per capita e a renda média dos 20% mais pobres



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.
Nota: 1. Estão sendo considerados 163 países para os quais existe a informação.

Para que o Brasil passasse a ocupar, na distribuição de países segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que ocupa na distribuição dos países segundo a renda *per capita*, a porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria mais que dobrar. Mesmo que isso ocorresse, a renda média dos 20% mais pobres no Brasil passaria a ser pouco mais de $\frac{1}{4}$ da média nacional, e igual apenas a dos 20% mais pobres na Turquia, o que indica o fato desse alinhamento ser o mínimo que se poderia esperar do combate à desigualdade no País.

Entre 2001 e 2007, a renda dos 20% mais pobres cresceu quase 4 pontos percentuais ao ano a mais do que a renda nacional. **Assim, caso essa velocidade fosse mantida seriam necessários**

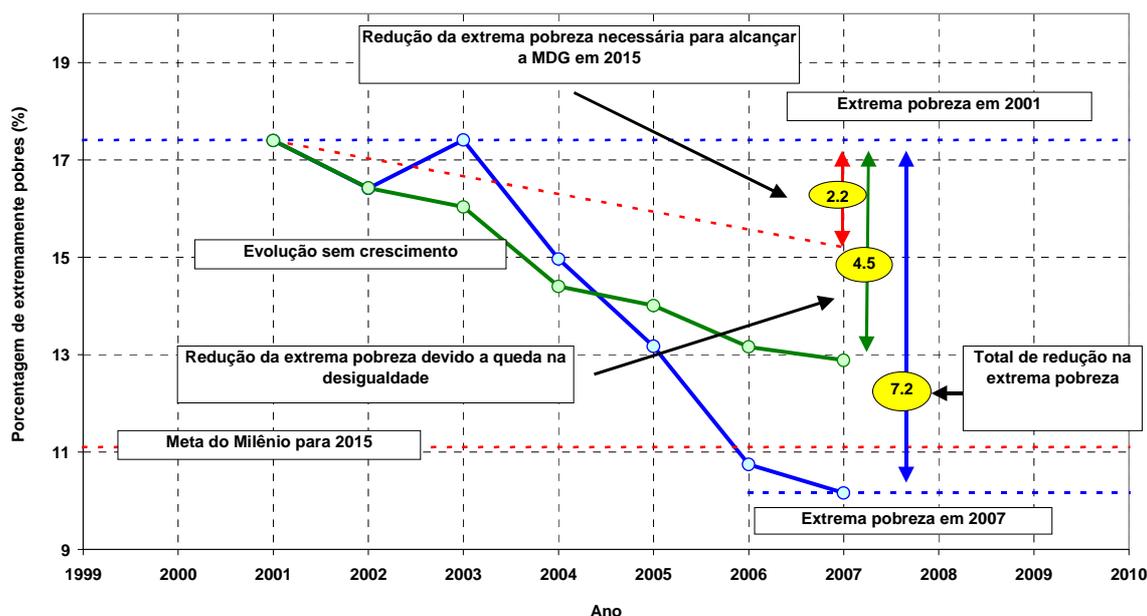
quase 18 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda média dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição pertinente à renda *per capita*.

Em suma, por um lado, o grau de desigualdade do país permanece extremamente elevado. Mesmo mantido o acelerado passo de sua diminuição, serão necessárias ainda mais de duas décadas para que nossa desigualdade se alinhe à dos demais países com o mesmo nível de desenvolvimento. Portanto, o sucesso recente deve ser encarado apenas como um primeiro passo de uma longa jornada. Por outro lado, é importante ressaltar que essa queda acentuada na desigualdade de renda observada desde 2001 é a mais duradoura já ocorrida nas últimas três décadas: já são seis anos de queda contínua na desigualdade de renda.

1.3. Importância da queda na desigualdade para a pobreza

Reduções na pobreza ocorrem apenas quando a renda dos mais pobres cresce, e existem dois instrumentos polares capazes de produzir tal feito. O primeiro é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, que eleva a fatia da renda total apropriada pelos mais pobres e, dessa forma, aumenta a renda desse grupo, mesmo na ausência de crescimento econômico.

Gráfico 3.1: Evolução da extrema pobreza - Brasil (2001-2007)



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007.

O primeiro instrumento permite que a renda de pobres e de ricos cresça. Entretanto, com o segundo, a renda dos mais pobres cresce enquanto que a dos mais ricos declina. O ideal é poder contar ao máximo com os dois instrumentos¹: o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos pobres cresça mais rapidamente que a dos ricos.

Ao longo do período 2001–2007, a renda dos mais pobres cresceu substancialmente e, por conseguinte, declinaram os níveis de pobreza e de extrema pobreza². De fato, o declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido (gráfico 3.1) do que o necessário para o país atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio em 2015, tanto que a meta foi atingida ainda em 2006.

1.4. O crescimento da renda dos mais pobres e dos mais ricos

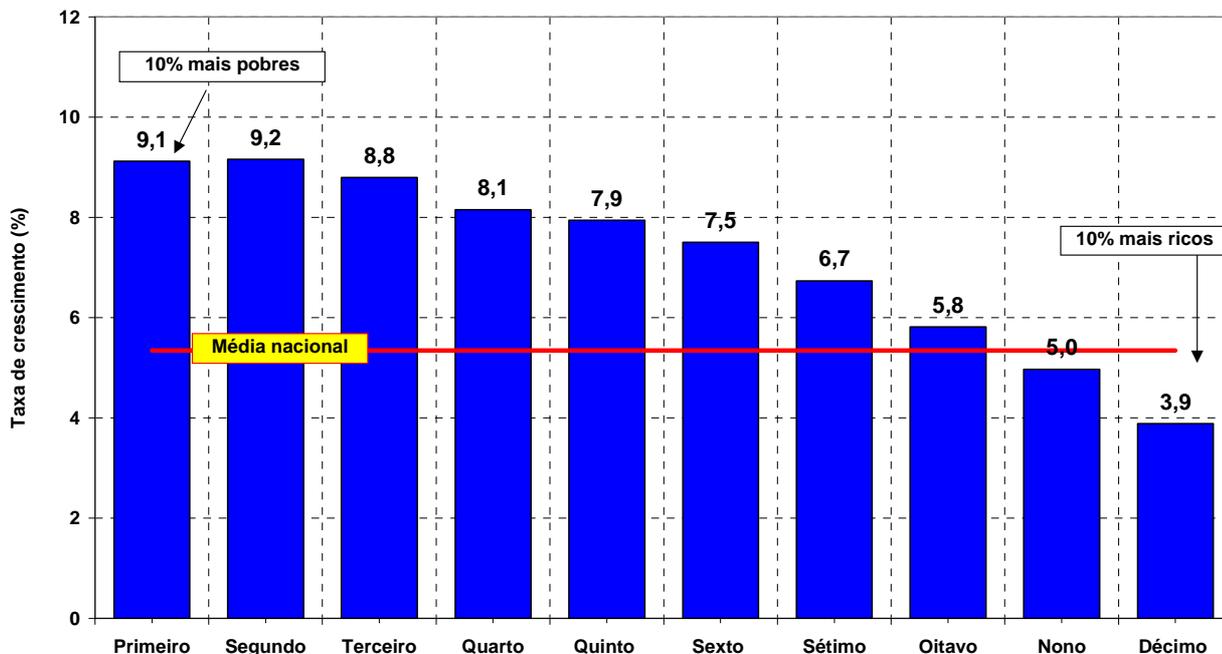
Entre 2001 e 2007 a renda *per capita* dos mais pobres cresceu substancialmente. Conforme mostrado no gráfico 3.2, o crescimento anual da renda dos 10% mais pobres foi de 7%, quase três vezes maior que a média nacional de 2,5%.

Já o crescimento anual da renda dos 10% mais ricos foi de apenas 1% no mesmo período. Esse crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres decorre do fato de que a fatia da renda nacional apropriada por eles cresceu quase 30% no período, passando de 0,69 em 2001 para 0,89 em 2007.

¹ Parece-nos razoável supor que as pessoas, sob o véu da ignorância, consideram que melhoras de Pareto e reduções na desigualdade são transformações desejáveis em qualquer distribuição de renda.

² Embora declínios na pobreza dessa magnitude não sejam comuns na história do Brasil, eles já ocorreram e até mesmo com maior intensidade em diversos episódios do passado. Ao longo da década de 1970, a pobreza foi reduzida à metade (Pastore; Zylberstajn; Pagoto (1983)). Durante o período de implantação do Plano Real, a pobreza declinou quase 10 pontos percentuais (Rocha (2003)). A diferença da queda recente na pobreza em relação aos episódios anteriores não é, portanto, a magnitude da queda, mas a sua origem. Nos episódios anteriores, o instrumento dominante foi sempre o crescimento econômico. Nos últimos anos, a queda na pobreza deveu-se essencialmente a reduções no grau de desigualdade. De fato, entre 2001 e 2007, a despeito de um crescimento irrisório da renda *per capita*, a pobreza declinou acentuadamente.

Gráfico 3.3b: Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição entre 2003 e 2007



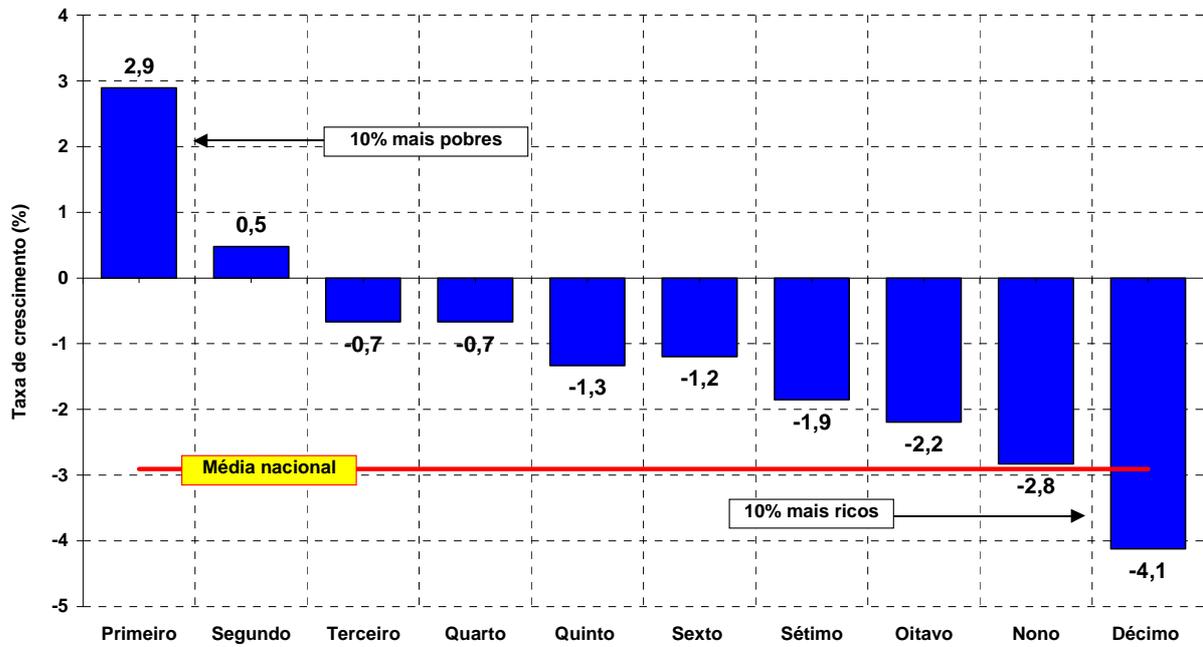
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 a 2007.

Vale observar que, de fato, entre 2001 e 2007, houve dois momentos bastante distintos do crescimento da renda dos vários grupos. Entre 2001-2003, a renda familiar média *per capita* decresceu a uma taxa de 3% ao ano.

Conforme o gráfico 3.3a mostra, exceto pelos dois primeiros décimos da distribuição, a renda de todos os demais grupos decresceu, com um decréscimo bem mais acentuado para os 10% mais ricos. Em suma, apesar do crescimento na renda *per capita* nacional ter sido praticamente nulo, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa média de 2,9% ao ano, enquanto que a renda dos 10% mais ricos decresceu a uma taxa de 4% ao ano.

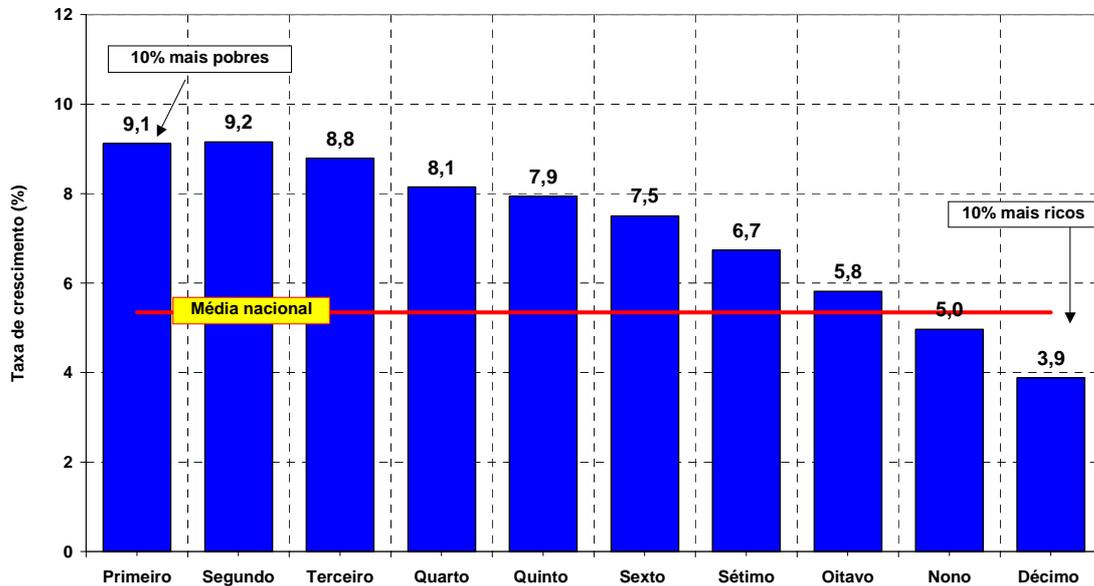
Analisando-se o período 2003-2007, quando a renda familiar *per capita* cresceu a uma taxa de 5,4% ao ano, observa-se que a renda de todos os décimos da distribuição cresceu. Entretanto, conforme mostra o Gráfico 3.3b, o crescimento da renda foi maior para os mais pobres, e menor para o mais ricos: a taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* varia de 9% para os mais pobres até 4% para os mais ricos.

Gráfico 3.3a: Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição entre 2001 e 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2003.

Gráfico 3.3b: Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição entre 2003 e 2007



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 a 2007.

Essas taxas de redução na pobreza e na extrema pobreza foram mais acentuadas do que as que se observam em todos os países latino-americanos para os quais se tem a informação correspondente, à exceção do México. Conforme mostra a Tabela 2, entre 1990 e 2005 a pobreza na América Latina caiu 8,5 pontos percentuais ao passo que somente entre 2002 e 2007 a pobreza no Brasil caiu 10,2 pontos percentuais. Ou seja, em termos de redução na pobreza, o Brasil fez em cinco anos mais do que o restante da América Latina levou 15 anos para fazer.

Tabela 2: Evolução da pobreza no Brasil, México e América Latina

País / região	Pobreza (%)					Redução da pobreza (em pontos percentuais)		
	1990	2002	2005	2006	2007	1990-2005	2002-05	2002-06
América Latina	48,3	44,0	39,8	8,5	4,3
México ¹	47,7	39,4	35,5	12,2	3,9
Brasil	44,9	38,2	34,1	29,6	28,0	10,8	4,2	10,2

Fonte: Cepal, Panorama Social de 2006 e PNADs 1990, 2002, 2005 e 2006.
 Nota1: A informação para o ano de 1990 refere-se, na verdade, ao ano de 1989.

Com isso, ficou claro quais pessoas apenas acompanharam de maneira passiva os ganhos de toda a economia e quais atravessaram as fronteiras entre os diferentes estratos sociais. Naturalmente, o interesse recai exatamente sobre aqueles que superaram os limites superiores de renda já deflacionados e acrescidos do aumento de renda médio dos brasileiros. Foi daí que surgiram os **elementos mais dinâmicos** da nossa sociedade, aqueles que realmente superaram os limites, indo além, de maneira não passiva, movimentando-se ascendentemente nos grupos sociais estabelecidos.

2.2. As mudanças na estrutura social do Brasil

Autores importantes⁴ já apontaram que mudanças econômicas implicam, normalmente, em transformações sociais –de maior ou menor vulto. Também a geografia de um país ou região costuma sentir os impactos da produção/reprodução humana, alterando-se e remodelando-se de acordo com as novas demandas da atividade econômica. Assim, quando esta pesquisa debruçou-se sobre as mudanças sociais de origem econômica, foi com esta preocupação abrangente que se procurou analisar os impactos do crescimento produtivo brasileiro recente.

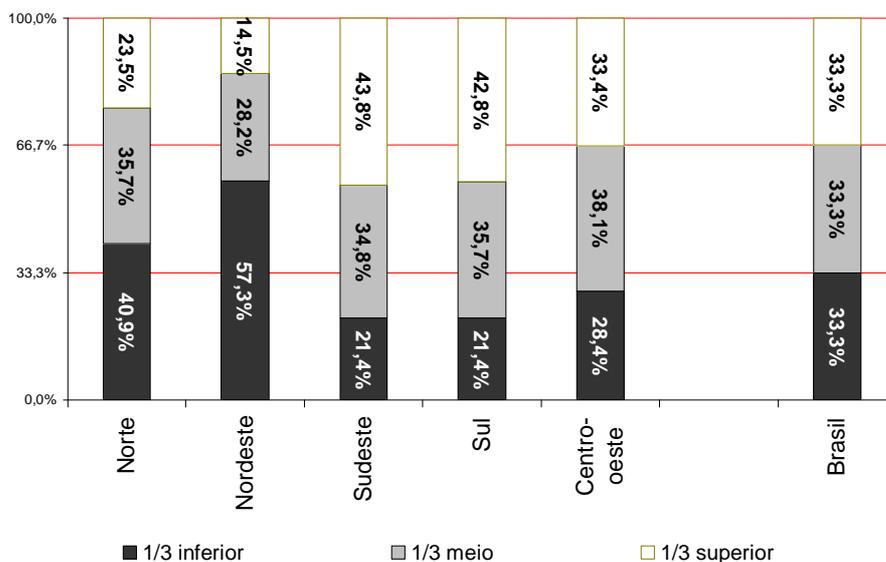
Por isso, a metodologia descrita aplicada à PNAD 2001, criou o retrato brasileiro exposto no gráfico 1. Ali, é fácil observar que a representação do país como um todo não reflete a composição social dentro das cinco Grandes Regiões. Em cada uma delas, aplicados os limites de renda por grupo, observa-se que o Nordeste possuía quase 60% dos seus habitantes (27,3 milhões de pessoas) no terço inferior da renda, representando 49,2% de toda população do país nessa situação. A região Norte, embora também possua um percentual elevado da sua gente no Grupo 1 (40,9% ou 4 milhões de pessoas), representa apenas 7,2% da população do país nesse grupo.

O Sudeste e o Sul, por outro lado, apresentam as melhores situações: ambos com 21,4% da sua população (Sudeste: 15,4 milhões de pessoas; e Sul: 5,4 milhões)⁵ vivendo no Grupo 1 de renda. Em termos, proporcionais e absolutos, ambos possuem os maiores contingentes de pessoas vivendo no superior de renda (Grupo 3).

⁴ Para essa discussão ver Fernandes (1979) e Brêmond (1988).

⁵ Observe-se que Sudeste possui 71,8 milhões de habitantes ou 43,1% da população brasileira e o Sul possui 25,3 milhões de habitantes ou 15,2% da população brasileira.

Gráfico 1 – População brasileira dividida em três estratos, 2001 (em %)



Fonte: IBGE. PNAD 2001. (Elaboração Ipea)

Porém, é o olhar sobre 2007 que surpreende. Em primeiro lugar, dados os limites atualizados e acrescidos do aumento médio da renda familiar *per capita*, fica evidente que houve mudança social no Brasil (gráfico 2). Por exemplo, houve uma queda significativa da população vivendo no Grupo 1 de renda, que passa a representar apenas 27,4% da população. Se o crescimento populacional do país fosse aplicado a cada um dos grupos, estes deveriam passar de 55,5 milhões de pessoas para 60,4 milhões. No entanto, os Grupo 1, 2 e 3 chegam a 2007, respectivamente com 49,7 milhões, 66,5 milhões e 64,9 milhões, mostrando claramente como a ascensão se deu nos três níveis estudados.

Ou seja, fica claro que a queda inclusive absoluta do Grupo 1 implicou no crescimento do Grupo 2, do qual pessoas também ascenderam ao grupo mais rico.

Em números:

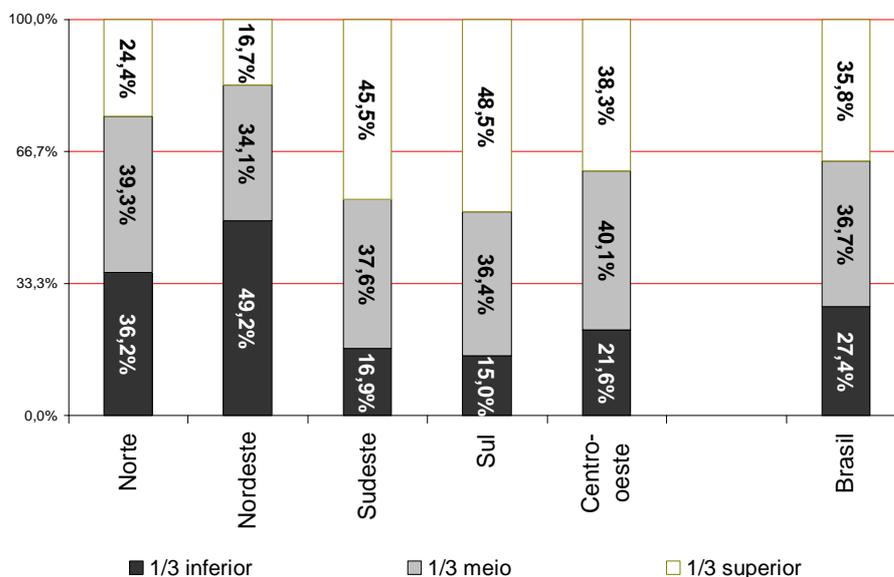
13,8 milhões de pessoas subiram faixa social.

- **10,2 milhões do Grupo 1 para o Grupo 2**
- **3,6 milhões do Grupo 2 para o Grupo 3.**

A maior mudança está concentrada na passagem do Grupo 1 para o Grupo 2, representando 74,0% do conjunto dos indivíduos que lograram ascender socialmente.

Contudo, esses movimentos não foram homogêneos por todo o país, revelando que, apesar dos avanços, a desigualdades regionais continuam muito significativas.

Gráfico 2 – População brasileira dividida em três estratos, 2007 (em %)



Fonte: IBGE. PNAD 2001. (Elaboração Ipea)

É importante alertar que, embora o Nordeste tenha melhorado sua distribuição social da renda — é única área com queda absoluta de pessoas no Grupo 1 —, ainda é disparada a região com maior concentração de pessoas no estrato inferior: quase metade ou 25,3 milhões de habitantes. O caso se torna preocupante se for levado em conta que, embora o Nordeste tenha 28,4% da população brasileira, tem em seu território 49,2% das pessoas presas ao Grupo 1.

O Norte segue na mesma direção, porém em ritmo mais lento e, como as demais regiões, apresentou crescimento absoluto no número de habitantes ligados ao Grupo 1.

Novamente, no lado oposto, aparecem o Sudeste e o Sul, com quedas importantes na proporção de pessoas incluídas no estrato de menor renda. Essas duas regiões, por sua vez, possuem uma participação na população nacional muito inferior à proporção de seus habitantes que estão vinculados ao estrato de menor renda. O Sudeste detém 42,6% da população brasileira e apenas 26,3% estão entre os mais pobres e o Sul tem 15,1% dos nacionais e 8,3% dos seus presos ao Grupo 1.

3. Quem são os indivíduos mais dinâmicos?

Em primeiro lugar é fundamental deixar claro o que se entende por *indivíduos mais dinâmicos*. Neste estudo, eles são identificados como as pessoas que obtiveram ganhos superiores ao crescimento médio da economia, ascendendo sobre a estrutura social e atravessando estratos. No entanto, segundo Keynes (1983), **é incorreto e mistificador colocar sobre o indivíduo a responsabilidade por sua ascensão ou queda dentro de uma sociedade capitalista.**

Essas pessoas pouco avançariam aproveitando talento próprio ou características individuais, caso a sociedade não apresentasse um dinamismo econômico significativo. De outra maneira, se não há qualquer perspectiva de movimento ascensional da demanda, da renda ou da produção não há motivo que justifique a realização de investimentos e, desse modo, não há lançamento de novas vagas no mercado de trabalho seja qual for a ocupação. Em termos keynesianos, não é o comportamento do mercado de trabalho que define a produção e a produtividade de um país, mas exatamente o contrário: é a demanda efetiva⁶. Desse modo, são as expectativas dos capitalistas que determinam onde e quanto será investido, e, assim, qual será a pressão de demanda sobre a oferta de mão-de-obra. Isso é que define a empregabilidade dos indivíduos.

Isso não quer dizer que o talento ou características dos *indivíduos mais dinâmicos* não tenha valor. Apenas ressalte-se que o uso de seu talento só encontra vazão se há espaço na economia e na sociedade para tal.

De qualquer modo, o Brasil em anos recentes tem aberto oportunidades muito significativas para seus elementos mais arrojados. E isto fica claro pelo que foi discutido na subseção anterior e nos dados que passarão a ser analisados agora.

Por exemplo, o perfil resumido destes indivíduos pode ser descrito brevemente e é bastante diferenciado por nível de mudança social. Isto é, são perfis díspares que se estabelecem para pessoas que alcançaram o Grupo 2 a partir do Grupo 1 e os que fizeram o mesmo movimento entre os Grupos 2 e 3. Uma descrição sumária revelaria que:

Perfil de quem subiu do Grupo 1 para o 2:

- ***não branco (62,5%),***
- ***tem escolaridade até a quarta série do ensino fundamental (57,1%),***

⁶ Para uma discussão sobre demanda efetiva, ver Miglioli (1987).

- **o chefe de família trabalha com carteira assinada (27%) ou é inativo (28%),**
- **é urbano (82%) e mora ou na região Sudeste (36%) ou na Nordeste (37%);**

Perfil de quem subiu do Grupo 2 para o 3:

- **branco (56%),**
- **tem escolaridade melhor, mas ainda baixa (só 1,8% tem ensino médio ou alcançou o superior em 2001 e em 2007 essa proporção é de apenas 5,6%),**
- **o chefe de família trabalha e com carteira assinada (39%),**
- **é urbano (90%) e mora na região Sudeste do país (49%).**

No caso dos que lograram alcançar o Grupo 2 (saindo do Grupo 1), contam-se 10 milhões de pessoas, com idade média de 29,8 anos e que conseguiram uma renda familiar *per capita*, em média, igual a R\$ 185,83 por mês.

Por Região

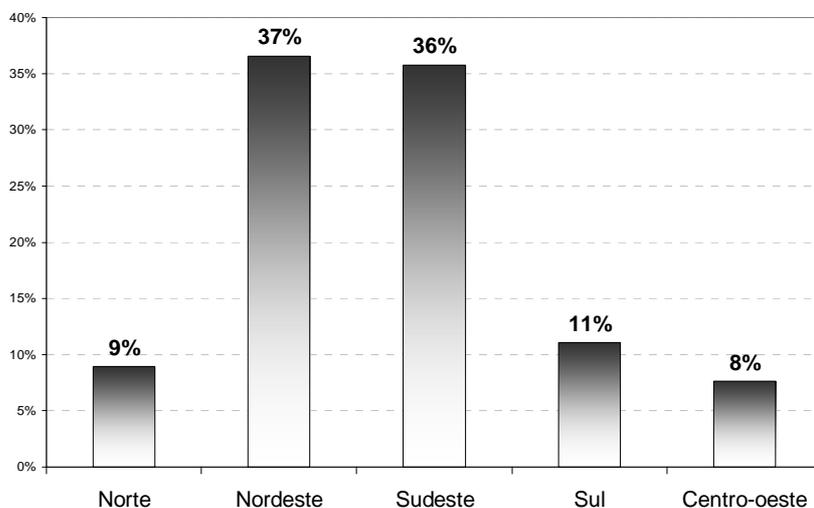
É muito significativo que 72,3% deles venham das regiões Nordeste (3,7 milhões de pessoas) e Sudeste (3,6 milhões) do país. Exatamente as duas que têm apresentado o maior dinamismo não-agrícola do país.

Porém, quando se trata da ascensão **do Grupo 2 para o Grupo 3** há diferenças significativas. Observa-se que **quase metade (1,9 milhões de pessoas) são oriundos da região Sudeste.** A causa disso parece assentar-se na retomada da indústria na região nos últimos anos, exigindo mão-de-obra mais qualificada e treinada e, portanto, mais cara. **O Nordeste aparece agora com apenas 17,7%** (674 mil pessoas) do conjunto dos que ascenderam socialmente entre essas duas faixas.

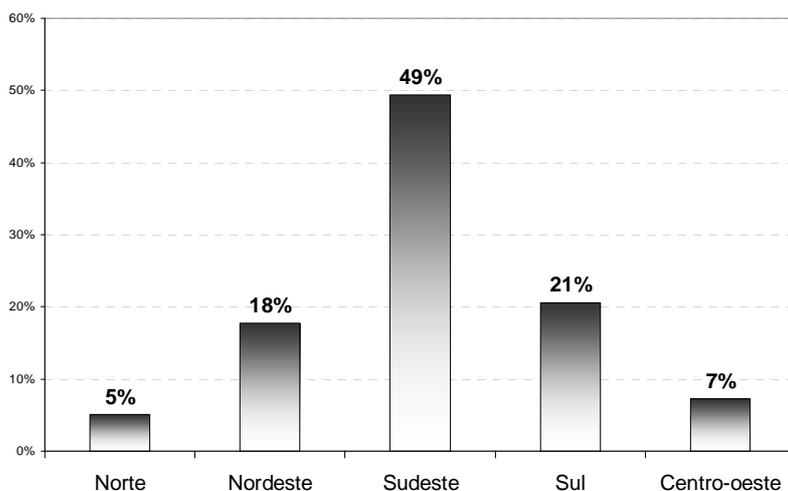
Em síntese, na passagem **do Grupo 1 para o 2, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste somadas tiveram maioria** dos que lograram ascender. Foram 5,3 milhões de pessoas ou 53,2% dos que alcançaram um novo estrato. **Já entre o segundo e o terceiro grupo, a concentração é claramente no Sudeste e Sul** do país. Essas duas regiões concentraram 69,9% dessas pessoas, ou seja, 2,7 milhões de indivíduos.

Gráfico 3 – Distribuição dos mais dinâmicos por região, 2001-2007

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



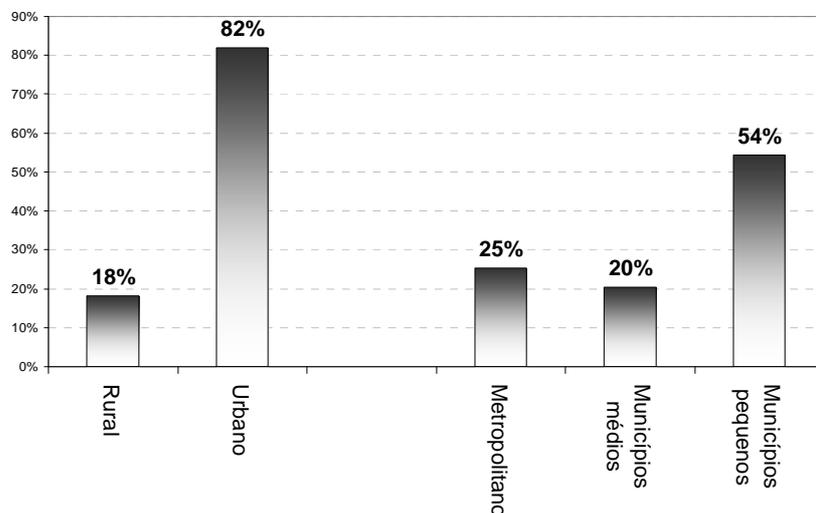
Fonte: IBGE. PNAD 2001 e 2007. (Elaboração Ipea)

Urbano, rural e porte do município

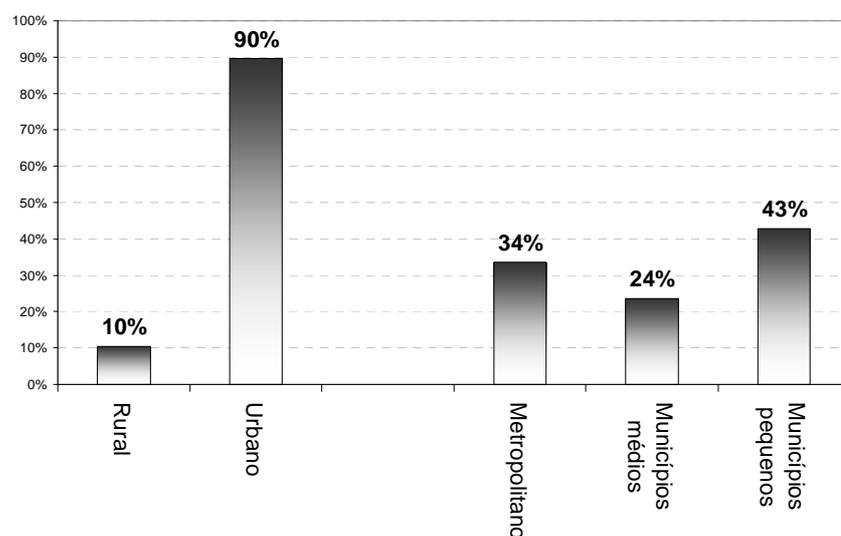
Nos dois casos, a ascensão entre grupos está concentrada nas cidades. São **quatro para cada cinco na travessia do Grupo 1 para o Grupo 2 e nove para cada dez do 2 para o 3**. Nesse sentido, mesmo regiões metropolitanas permanecendo importantes, surpreende a *performance* dos pequenos municípios nessa mudança social, principalmente quando o olhar recai sobre os que pularam da faixa de renda mais baixa para a intermediária.

Gráfico 2 – Distribuição dos mais dinâmicos por local de moradia, 2001-2007

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: IBGE. PNAD 2001 e 2007. (Elaboração Ipea)

Ocupação do chefe da família

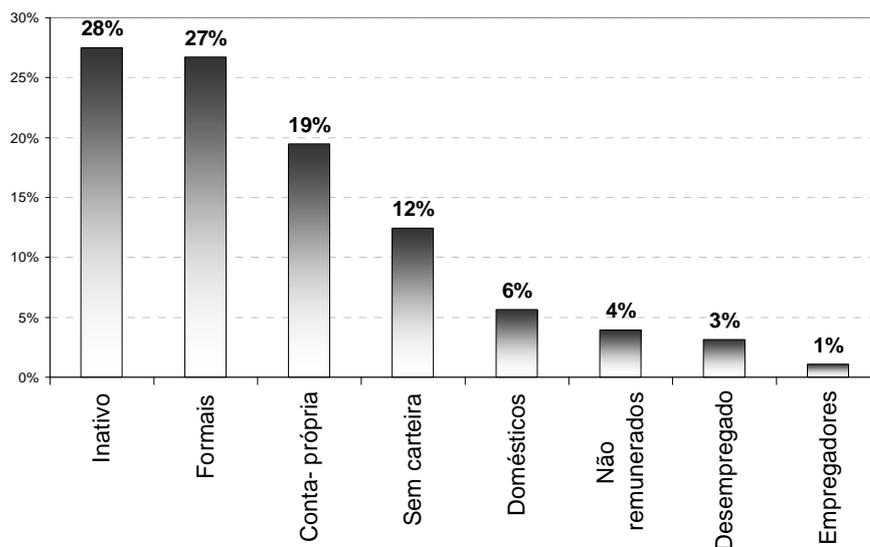
Também é diferente o perfil das pessoas que atravessaram as barreiras entre os grupos quando o quesito é tipo de ocupação do chefe de família. Na ascensão **do Grupo 1 para o Grupo 2**, ou seja, nas faixas mais baixas de renda, **a formalização recente da mão-de-obra menos qualificada** representou um elevado impacto,

alcançando 26,7% (2,4 milhões) das pessoas que alcançaram a faixa mais alta. Também se destaca o crescimento na faixa dos indivíduos com chefe de família inativo tanto por causa da provável melhoria de renda dos demais membros da família como pela importância dos **programas sociais de transferência de renda e previdência** que lograram impactar o padrão de vida dos mais pobres. Nessa condição estão 2,7 milhões de pessoas.

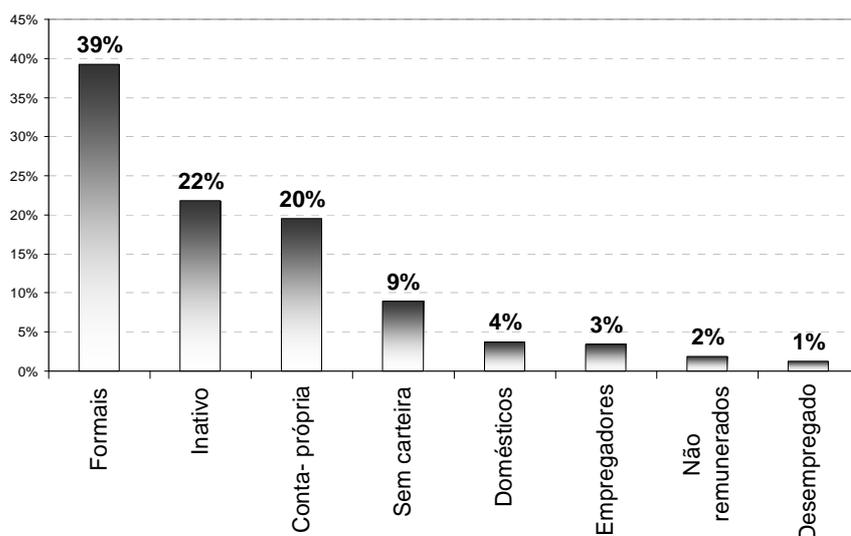
Já para os que pularam **do Grupo 2 para o 3**, há uma clara inversão das posições entre formais e inativos. Agora, **a geração de empregos qualificados**, que passaram a ser ocupados pelos chefes de família, aparece como a causa importante da ascensão social. São 1,2 milhão (39,2%) de pessoas nessa condição, contra uma queda na participação dos inativos. Eles agora representam 21,8% (831 mil pessoas) que ascenderam.

Gráfico 3 – Distribuição dos mais dinâmicos por ocupação, 2001-2007

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: IBGE. PNAD 2001 e 2007. (Elaboração Ipea)

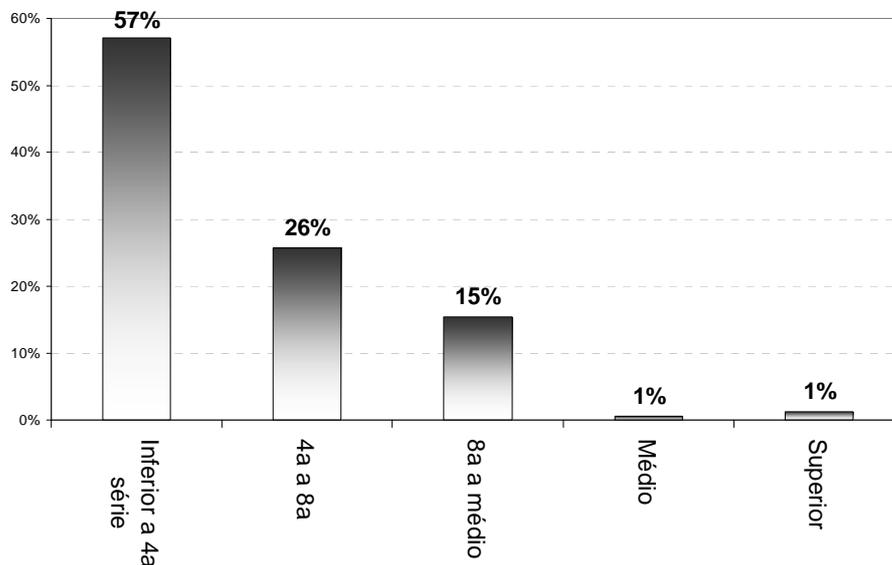
Escolaridade

Quando se observa a escolaridade, também se percebe que os impactos do crescimento recente da economia têm aberto mais oportunidades àqueles geralmente identificados como mais carentes. Por exemplo, entre os que passaram **do Grupo 1 para o Grupo 2, quase 60% (5,7 milhões de pessoas) tem no máximo a quarta série do nível fundamental**. Claramente está se falando de pessoas que, mesmo com baixa escolarização, conseguiram melhores oportunidades de renda ou via formalização ou pela melhoria dos rendimentos dos familiares.

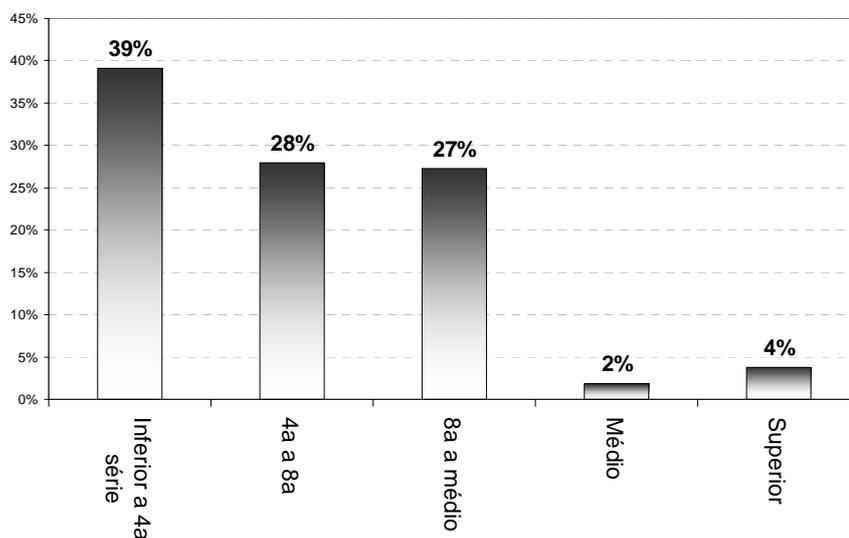
Há diferenças importantes em relação às pessoas que atravessaram a barreira entre o Grupo 2 e o Grupo 3. Aqui, mesmo com distribuição aparentemente similar, fica evidente que a escolaridade mais alta começa a pesar na ascensão. Poucos anos na escola perdem espaço para os que cursaram em parte ou concluíram o ensino médio e os que alcançaram a universidade. Para a passagem do grupo 1 para o 2, ter chegado ao menos à oitava série pesava apenas para 17,2% (1,7 milhão). Já para os que chegaram ao terço de maior renda, ter da oitava série ao ensino superior pesou para 32,9% (1,2 milhão), praticamente uma a cada três que ascenderam.

Gráfico 2 – Distribuição dos mais dinâmicos por escolaridade do chefe de família, 2001-2007

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: IBGE. PNAD 2001 e 2007. (Elaboração Ipea)

Raça

Contudo, talvez o mais interessante seja observar a problemática da raça nos diferentes perfis de pessoas que ascenderam entre os grupos de renda. Há uma clara inversão do peso entre brancos e não-brancos nessa descrição.

Para os que ascenderam do **Grupo 1 para o Grupo 2**, foram **62,5% (6,3 milhões de pessoas) que se declararam não-brancas** à Pnad. Ou seja, quase dois de cada três pessoas que ascenderam entre os grupos de menor renda não eram brancos. Os brancos aqui representaram apenas 37,5% (3,7 milhões de pessoas).

Os números da Pnad mostram que, em 2001, 64,9% das pessoas do Grupo 1 declaravam-se não-brancas, ou seja, 36,0 milhões de pessoas. Isso já caía no Grupo 2, onde 48,0% ou 26,7 milhões de pessoas se diziam não-brancas. Quando se alcançava o Grupo 3, apenas 27,0% das pessoas se diziam não-brancas. Aqui, nessa faixa de renda, os brancos representavam 73% do Grupo.

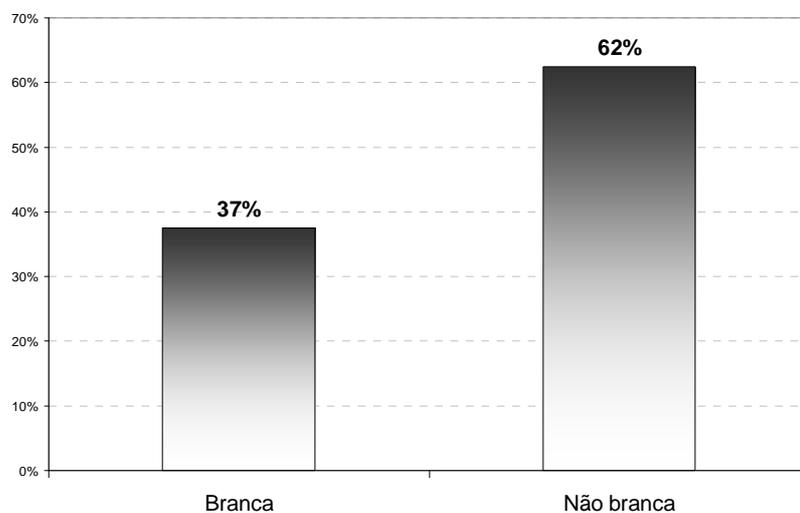
Em 2007, com a ascensão dos mais pobres para os grupos de maior renda, observa-se uma mudança interessante nessas proporções e o crescimento da proporção de não-brancos no total da população. Agora, este conjunto racial cresceu significativamente em todos os grupos de renda, inclusive no Grupo 3. Ali, os não-brancos são hoje 32,5% do total ou 21,1 milhões de pessoas.

Assim, dada a baixa renda afetar mais significativamente as pessoas não brancas, explica-se porque, quando as condições econômicas abrem oportunidade para a ascensão social do grupo mais pobre, é esperado que os *indivíduos mais dinâmicos* sejam, em sua maioria, não brancos.

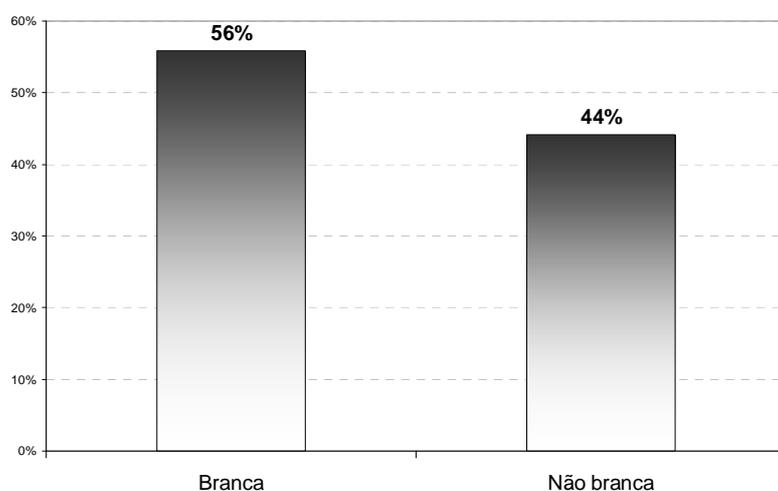
Diferente é o caso da ascensão **do Grupo 2 para o Grupo 3**. Ali, dada a proporção menor de não-brancos e a condição social normalmente melhor dos brancos, **a subida mostra-se invertida em favor dos brancos, que compõem 56% dos que ascenderam**. Revelando que o problema racial no Brasil é real e continua a reforçar-se. A ascensão dos brancos à faixa de maior renda significativamente superior aos dos não-brancos implica em manutenção de uma tensão que persegue o Brasil desde os tempos coloniais.

Gráfico 2 – Distribuição dos mais dinâmicos por raça, 2001-2007

a) Os que passaram do grupo 1 para o 2



b) Os que passaram do grupo 2 para o 3



Fonte: IBGE. PNAD 2001 e 2007. (Elaboração Ipea)

Deste modo, em resumo, é fácil observar que o Brasil viveu e está passando por uma mudança social. **Os motivos, que merecem melhor estudo, parecem assentar-se no crescimento econômico recente somado às políticas sociais e de previdência social realizadas pelos governos federal, estadual e municipal.**

Se assim for, torna-se mais uma vez relevante atentar para o crescimento econômico do país, suas bases, sua qualidade e, fundamentalmente, sua continuidade. Talvez o país esteja vivendo uma importante fase em sua história, em que começa a superar quase 25 anos de baixo dinamismo e pouca perspectiva econômica e social.

Referência bibliográfica

- BRÊMOND, Janine et al. ***Sciences Économiques et Sociales***. Paris: Hatier, 1988;
- FERNANDES, Florestan. ***Mudanças Sociais no Brasil***. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979;
- IBGE. ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2001***. Brasília: IBGE, 2002;
- IBGE. ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2007***. Brasília: IBGE, 2008;
- KEYNES, John M. ***Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda***. 1.ed. São Paulo: Abril, 1983;
- MIGLIOLI, Jorge. ***Acumulação de capital e Demanda Efetiva***. T.A. Queiroz: 1987.